

# ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS NO ESPAÇO PRISIONAL FEMININO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Data de aceite: 01/07/2024*

**Márcia Vieira dos Santos**

**Valdecyr Herdy Alves**

**Audrey Vidal Pereira**

**Ana Claudia Sierra Martins**

**Ediane Andrade Ferreira**

**Tatiana do Socorro dos S. Calandrini**

**Rebecca dos Santos Alcici**

estratégia que busca o compartilhamento de conhecimentos em relação à saúde de maneira responsável para todos, com objetivo da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. **Conclusão:** para a diminuição dessa doença no cárcere brasileiro, são necessárias ações que vão além de diagnóstico e tratamento da sífilis, como ações educativas que promovem a saúde e previnem a doença e sua recidiva nesse ambiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** prisões; sífilis; promoção da saúde; saúde da mulher.

**RESUMO:** **Objetivo:** Promover ações educativas para o enfrentamento da sífilis nas unidades prisionais femininas. **Método:** Relato de experiência dos pesquisadores com atividades educativas em prisões femininas, com foco no enfrentamento da sífilis. **Resultados:** Discutiram-se em roda de conversa com as profissionais de segurança e mulheres privadas de liberdade os meios de transmissão, sinais e sintomas e tratamento da sífilis. As participantes apresentaram interesse em multiplicar os conhecimentos sobre sífilis dentro e fora da prisão. A promoção da saúde, por meio de atividades educativas, é uma

## INTRODUÇÃO

A sífilis é uma Infecção Sexualmente transmitida (IST), causada pela bactéria *Treponema pallidum* (Tp). Sua forma de contágio ocorre de uma pessoa para outra, durante a relação sexual, quando não se usa proteção de barreira (preservativo) ou por transfusão sanguínea ou durante a gestação e ou parto, momentos em que a mãe pode transmitir para a criança, ocorrendo a sífilis congênita (Brasil, 2022). Essa IST possui os seguintes estágios: primário, secundário e terciário, tornando-

se uma doença de grande importância para saúde pública, pois afeta a saúde do adulto e da criança, podendo levar a complicações graves e até à morte (Brasil, 2022).

O tratamento deve ser realizado o mais precocemente possível, sendo necessário tratar a parceria sexual, mesmo assintomática. O diagnóstico pode ser realizado pelo Teste rápido, com resultado em até 30 minutos e, em casos positivos, deve ser enviada uma amostra de sangue para um laboratório realizar o teste não treponemo, para confirmação do diagnóstico (Brasil, 2022).

Em relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e às mulheres privadas de liberdade, até junho de 2023, a IST que mais acometeu essa população no sistema prisional brasileiro foi a sífilis. Tal situação não é diferente nos presídios do estado do Rio de Janeiro (RJ), pois a IST mais detectada também foi a sífilis, com 203 casos, seguida por HIV, com 82 casos, e hepatite, com 22. O relatório da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) não apresenta qual tipo de sífilis que mais ocorre dentro das prisões brasileiras. Um dado interessante apresentado nesse relatório foi que a sífilis na população carcerária feminina do RJ se sobrepôs também à doença de tuberculose, com 15 casos, em junho 2023 (Brasil, 2023).

Tendo em vista esses dados, faz-se necessário um trabalho dentro do sistema prisional para se combater essa IST, por meio de atividades de promoção da saúde, prevenção e tratamento da doença. Sendo assim, uma das formas de enfrentamento da sífilis é por meio de campanhas educativas para a prevenção da doença, com a intenção de melhorar a adesão da população carcerária ao cuidado com as ISTs, e com o objetivo de interromper, o mais precocemente, essa cadeia de transmissão (Brasil, 2022).

Na perspectiva do enfrentamento da sífilis dentro do sistema prisional feminino, o Grupo de Pesquisa (GP) Maternidade Saúde da Mulher e da Criança da Universidade Federal Fluminense (UFF) se integrou ao movimento do dia 21 de outubro, “Dia Nacional de combate à sífilis e à sífilis congênita”, para realizar atividades sobre essa IST com a população dos presídios femininos.

## **OBJETIVO**

Descrever ações educativas realizadas para o enfrentamento da sífilis dentro das unidades prisionais femininas.

## **MÉTODO**

Trata-se de um relato de experiência dos pesquisadores com atividades educativas em prisões femininas, com foco no enfrentamento da sífilis. O relato de experiência, além de descrever experiência vivida, faz uma reflexão crítica da experiência relatada, trazendo relevantes impactos para a academia e para os profissionais (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

## ASPECTO ÉTICOS

Por se tratar de um relato de experiência, não foi necessário submeter o estudo a um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), contudo os aspectos éticos foram respeitados, mantendo-se o anonimato de informações institucionais. Foi autorizada pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, através da Subsecretaria de Tratamento, a entrada dos pesquisadores nas unidades prisionais para realização das atividades educativas.

## CENÁRIO

Duas unidades prisionais femininas, situadas no estado do Rio de Janeiro, Brasil. A atividade ocorreu em outubro de 2023.

## PARTICIPANTES DA PESQUISA

Profissionais e mulheres privadas de liberdade das penitenciárias femininas.

## TÉCNICA DESENVOLVIDA

Atividades educativas tipo rodas de conversa.

## ANÁLISE DO RESULTADO

Ocorreu no final das atividades educacionais, com o feedback dos participantes.

## RESULTADOS

Organizou-se, em 18 de outubro de 2023, o 1º Webinar “Sífilis Congênita menor que 0,5” pelo GP Maternidade Saúde da Mulher e da Criança da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa (EEAAC) da UFF. Para esse evento, foram desenvolvidas atividades pelos pesquisadores do referido grupo. Assim, como o Grupo já realiza pesquisa com mulheres privadas de liberdade, foi escolhido esse cenário para promover o enfrentamento da sífilis dentro do sistema prisional brasileiro. Para isso, elaboraram-se atividades educativas com a população que se encontra nesse espaço.

Com esse propósito, foi solicitado à direção de cada unidade prisional que escolhesse mulheres privadas de liberdade que pudessem multiplicar as informações sobre sífilis dentro de suas celas, de suas galerias e até para seus familiares. Definiu-se que as atividades ocorreriam no período da manhã, em uma unidade prisional e, no período vespertino, seria realizada a atividade em outro presídio.

Em relação aos pesquisadores, a equipe foi composta de professores universitários, discentes de doutorado, mestrado e graduação da EEAAC da UFF. Toda a equipe passou

nas portarias das unidades prisionais devidamente identificada e somente puderam entrar nas unidades os materiais de papelaria, os quais já estavam descritos no ofício de solicitação do evento.

A dinâmica iniciou pela manhã, na primeira unidade prisional com dez policiais penais, que receberam os pesquisadores com um café da manhã, em comemoração ao mês do funcionário público. Essas profissionais realizaram diversas perguntas sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis, principalmente sobre diagnóstico e tratamento da sífilis. As mesmas demonstraram grande interesse de realizar o exame de teste rápido e foram informadas de que esses exames e o tratamento estão disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na Atenção Básica, que é a porta de entrada de seu território residencial.

Foi uma oportunidade de apresentar para esse público os dados do SENAPPEN, 2023, em relação à sífilis nas prisões. Destaca-se que, em junho de 2023, existiam 1.346 mulheres privadas de liberdade no Brasil, com sífilis, o que representa, nas prisões femininas, 51,24% das doenças transmissíveis. Essa realidade também ocorre no estado do RJ, conforme dados já citados neste estudo (Brasil, 2023).

Após a atividade com as profissionais do sistema prisional, as mulheres privadas de liberdade foram liberadas para participarem da atividade educativa, da qual 12 detentas participaram. O ambiente liberado para a realização da atividade foi organizado com cadeiras em círculo a fim de propiciar a roda de conversa. Dessa forma, iniciaram-se as atividades com a apresentação das participantes e dos pesquisadores. Discutiram-se os cuidados com a saúde da mulher (higiene corporal, higiene íntima, atenção aos sinais de câncer de mama e útero) e sobre sífilis (transmissão, sinais e sintomas e sobre como é realizado o tratamento também do parceiro).

O grupo de participantes composto de mulheres privadas de liberdade da primeira unidade prisional apresentou-se com higiene impecável, e as mesmas relataram que, para elas, o encontro era como se fosse uma “festa”; algumas mulheres eram casais e compartilhavam com o grupo algumas experiências vividas por elas. Todas fizeram diversas perguntas sobre sífilis, relataram experiências de si mesmas ou de familiares e amigos, demonstraram interesse de aquisição de novos conhecimentos e se comprometeram a divulgar o que aprenderam naquele encontro dentro da comunidade carcerária.

Apesar de algumas terem relatado que, a princípio, imaginaram que fariam consulta ginecológica e exame de Papanicolau, ao final do encontro, estavam satisfeitas com o que foi apresentado para elas. No término da atividade, houve um feedback das participantes e elas demonstraram que o conteúdo sobre sífilis foi importante para o momento vivido no cárcere e também para a vida futura, quando estiverem já em liberdade.

Na segunda unidade prisional, o procedimento de entrada foi o mesmo e a dinâmica educativa utilizada foi idêntica à da primeira unidade. O local que foi cedido para execução da atividade foi um galpão parecido com uma quadra de esporte, no qual foi realizado

uma roda de conversa com as participantes, um total de 18 mulheres participou desse encontro. Nesse grupo, havia algumas mulheres lésbicas e homens trans, os quais se interessaram pela temática e fizeram diversos questionamentos sobre ISTs, mostraram grande preocupação com a sífilis, mas questionaram também sobre HIV/Aids. Esse grupo era mais agitado, porém demonstrou diversos conhecimentos sobre sífilis e outras ISTs. Conforme realizado na roda de conversa com o primeiro grupo, foi feito o feedback com todos os participantes que apresentaram interesse em multiplicar os conhecimentos sobre sífilis dentro e fora da prisão. Esse grupo terminou a atividade com um abraço coletivo.

## DISCUSSÃO

Conforme a Constituição do Brasil, em seu o Art. 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Sendo assim, a promoção da saúde é uma estratégia para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, o que impactará positivamente a qualidade de saúde de cada pessoa e consequentemente beneficiará a sociedade. Desse modo, a promoção da saúde busca o compartilhamento de conhecimentos entre gestores, usuários e sociedade com objetivo de ofertar autonomia em relação à saúde de maneira responsável para todos (Brasil, 2013).

Assim, para melhorar a qualidade de vida de uma população, é necessário o planejamento em saúde, que é um instrumento que permite alcançar os resultados desejáveis, mas, para isso, será necessário identificar o problema e organizar os processos de monitoramento, avaliação e de análise das ações para atingir os objetivos planejados. Logo, quando se promove saúde, faz-se uma abordagem do processo saúde-doença e se tem como prioridade o problema detectado (Brasil, 2013).

Com objetivo de promover ações de saúde nas penitenciárias femininas, os pesquisadores deste estudo apresentaram a relevância da realização de ações educativas para uma população invisível em nossa sociedade, que ainda adoce de uma IST que possui diagnóstico e tratamento. Segundo a Senappen (Brasil, 2023), no que tange às doenças transmissíveis, a sífilis é o maior problema detectado em relação ao processo saúde-doença das mulheres privadas de liberdade no Brasil.

Dessa forma, esta pesquisa evidenciou que essa população quer e busca conhecimentos na área da saúde, para transformar a realidade vivenciada dentro dessas instituições, com trocas de saberes sobre sífilis e outras doenças, por meio de ações educativas que promovam saúde e previnam doenças (Brasil, 2015). Tal constatação foi identificada no feedback das participantes no sentido de multiplicarem os conhecimentos dentro e fora do contexto prisional.

Portanto, esse relato de experiência descreveu que a população que trabalha no complexo penitenciário e a que vive nesse ambiente precisam ser integradas em ações

de saúde que devem ser articuladas dentro do território da Atenção Básica Prisional, com objetivo principal de compartilhar saberes entre gestores, trabalhadores e prisioneiras. Deve-se levar em consideração a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e de doenças transmissíveis, sobretudo a sífilis, considerando que é a IST que possui a maior prevalência dentro do sistema prisional brasileiro.

A visto disso, desenvolver atividades permanentes sobre sífilis, discutir acerca de meios de transmissão, sinais e sintomas, a importância do tratamento também das parcerias, além de garantir para essa população testes rápidos e tratamentos conforme estabelece o Ministério da Saúde, deverá fazer parte do planejamento de saúde dentro do sistema prisional. O sucesso do enfrentamento dessa doença dentro das prisões brasileiras somente será possível com o planejamento de ações em saúde.

## LIMITAÇÃO DO ESTUDO

Devido às dificuldades encontradas para entrar no sistema prisional, o estudo não pode avançar para outras unidades prisionais femininas.

## CONCLUSÃO

Apesar de a sífilis ser a IST que mais atinge as mulheres privadas de liberdade, essa é uma doença que possui diagnóstico e tratamento, portanto pode ser enfrentada dentro do sistema carcerário brasileiro com atividades planejadas e com a participação intersetorial. Contudo, cabe lembrar que, para o enfrentamento dessa IST, não basta a realização de diagnóstico e tratamento, é necessário também investimento em ações educativas que promovam a saúde e previnam a doença, pois, dessa forma, alcançar-se-á uma melhor qualidade de vida para essa população e haverá diminuição da taxa de ocorrência de sífilis no cárcere brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático: promoção da saúde**. 1. ed., 2. reimpr. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario\\_tematico\\_promocao\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_promocao_saude.pdf). Acesso em: 11 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo\\_clinico\\_diretrizes\\_terapeutica\\_atencao\\_integral\\_pessoas\\_infecoes\\_sexualmente\\_transmissiveis.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf). Acesso em: 11 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Sífilis**: entenda o que é, qual a prevenção e o tratamento disponível no SUS. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/outubro/sifilis-entenda-o-que-e-qual-a-prevencao-e-o-tratamento-disponivel-no-sus>. Acesso em: 11 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. **Dados estatísticos do Sistema Penitenciário**. [Brasília, DF]: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, vol. 17, n. 48, p. 60-70, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 11 jan. 2024.